

**PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO PSOL E PCDOB “MACAPÁ PARA
TODOS NÓS”:**

Eleições 2020

Macapá
2020

APRESENTAÇÃO

Este plano apresenta as principais propostas da coligação “Macapá para todos nós” do candidato Paulo Lemos do PSOL e Lorena Quintas do PCdoB para a administração municipal da cidade de Macapá no período de 2020 a 2024.

A construção deste plano foi feita de forma participativa com diversos segmentos da sociedade que contribuíram de forma colaborativa para tornar esse projeto mais inclusivo e democrático.

O Plano aqui apresentado reforça o nosso compromisso com uma cidade que seja realmente uma MACAPÁ PARA TODOS NÓS! Com propostas de políticas públicas que vislumbram um amplo desenvolvimento social, participativo, democrático e sustentável. Os eixos de políticas públicas aqui sistematizados têm total diálogo com os processos de lutas históricas defendidas pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e PC do B.

Muitas das propostas aqui apresentadas são pautas que já vínhamos defendendo em outros pleitos eleitorais, apesar de reconhecermos o trabalho da última gestão da prefeitura que nasceu no PSOL, sabemos que ainda é preciso avançar em diversas outros segmentos, por isso neste pleito eleitoral reforçamos o nosso compromisso com as pautas que sempre defendemos e acolhemos com comprometimento as que surgirão.

Neste momento de campanha política em que é um momento de escuta de anseios e de diálogos propositivos, aqui apresentamos o nosso plano de governo com as nossas propostas de gestão, uma primeira versão para ser debatida e ampliada com base nos diálogos com a sociedade durante esse processo eleitoral.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

O cenário internacional é marcado pelos desdobramentos de grave crise econômica, que se aprofunda no contexto da pandemia de covid 19, demarcando emergência de novos circuitos de exclusão, desmonte de sistemas de proteção social e emergência do fenômeno da pobreza estrutural que coloca grande contingente populacional em situação de pobreza estrutural.

Tais mudanças decorrem das transformações observadas nas relações de produção em decorrência os avanços tecnológicos que redesenham o mundo do trabalho, fazendo desaparecer campos de emprego/trabalho.

Essas mudanças repercutem no contexto local revelando que para gerações de trabalhadoras e trabalhadores que pensavam ter saberes e profissões garantidas para toda a vida, o futuro é um poço de insegurança.

Ao cenário de crise econômica aliam-se ao avanço da extrema direita conservadora no Brasil, na estrutura e conjuntura atual é cada vez maior os esvaziamentos de políticos e partidos tradicionais que estiveram anos no poder. O avanço dessa extrema direita trouxe a normalização de discursos de ódio racistas, machistas, fascistas e homofóbicos, com isso normalizando o genocídio da população negra e pobre do Brasil, tendo aumento nos casos de feminicídio e nas mortes de pessoas LGBTQIA+.

Essa conjuntura nos resultou em uma taxa atual de desemprego acima de 13% com o crescimento da uberização do trabalho e diversas retiradas de direitos sociais. O retrato desta desigualdade é termos 1% da população que possui 28% da renda do país. Diante do surgimento da maior ofensiva reacionária desde a ditadura civil-militar, o PSOL não abriu mão de enfrentar os retrocessos impostos pelas classes dominantes. O PSOL é hoje o terceiro partido na preferência do eleitorado, o que nos permite afirmar que estamos no caminho certo. Porém, tornar-se uma alternativa de poder para as maiorias sociais depende do nosso comprometimento com a construção da luta unitária, com a esquerda que se movimenta contra o caos social, econômico e político que vive o Brasil. Por isso, trabalharemos pela unidade na diversidade, construindo sínteses e alianças onde houver base política para tal e, ao mesmo tempo, reafirmamos o papel do PSOL no processo de reorganização da esquerda brasileira.

As eleições municipais de 2020 impõem vários desafios ao PSOL. De um lado, trata-se de um momento privilegiado para travar a disputa de ideias na sociedade, unificar e ecoar vozes e bandeiras às e aos que se opõem à ofensiva conservadora. Para isso, deve ser critério para o PSOL nesta campanha, não deixar bandeiras pelo caminho – o que não significa, porém, apostar em campanhas que ignorem a necessária pedagogia para o convencimento. Falar para fora da bolha, dialogar com diferentes, com as pessoas que não conhecem ou não entendem nossos valores, unificando as demandas materiais como a defesa de direitos e liberdades, esta deve ser a nossa meta.

De fato, Macapá tem grandes potencialidades e experimentou, nos últimos anos, avanços em algumas áreas de políticas públicas, contudo, ainda é um lugar marcado por desigualdades, pobreza e exclusão. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no mapa da pobreza e desigualdade, Macapá tem índice de 36,41 %.

Outra expressão dessas desigualdades aparece no Atlas da Violência de 2019 que aponta o aumento de 77,7% na taxa de homicídios no estado, nos últimos 10 anos. Ainda em relação à violência, os dados oficiais apontam que entre as capitais, Macapá ficou em 10º lugar, com 54,1 assassinatos a cada 100 mil habitantes.

É para fazer frente a essa realidade, a coligação **Macapá para todos nós**, formada a partir da Frente PSOL e PCdoB apresenta uma candidatura comprometida com a defesa dos direitos do povo pobre e com os segmentos historicamente excluído do acesso aos direitos. Nosso compromisso é colocar a periferia no centro do debate e da ação política da gestão municipal.

Macapá precisa ir além. É necessário um grande esforço de transformação e estamos nos propondo nesta construção de uma cidade mais humanizada, sustentável, com acesso às redes de serviços públicos de qualidade, reforçando a necessidade de uma democracia participativa, uma Macapá pra todos nós.

METODOLOGIA

A construção do programa da coligação PSOL e PCdoB: Macapá para todos nós foi orientada por uma metodologia participativa que mobilizou a contribuição de ativistas dos diferentes setores dos movimentos sociais; intelectuais e pesquisadores dos mais distintos campos de conhecimento; técnicos com atuação na esfera pública e a comunidade em geral.

Assim, o trabalho fora organizado por uma perspectiva colaborativa que possibilitou aos atores envolvidos um amplo debate sobre as condições de vida do povo de Macapá, a atuação do estado às áreas de políticas públicas prioritárias de gestão e governança.

A estratégia metodológica norteadora do trabalho privilegiou a organização dos debates e a formulação das propostas a partir dos seguintes eixos temáticos:

Eixo I - Estratégias de melhorar a gestão pública - por uma cidade eficiente, transparente e democrática.

- Políticas de transparência na gestão pública
- Participação social nas decisões da cidade
- Descentralização administrativa
- Políticas de tecnologias da informação e da comunicação aplicada à gestão pública e na gestão do espaço urbano

Eixo II - Direito à cidade - por uma cidade mais humana, acolhedora e sustentável.

- Políticas culturais, políticas de promoção do esporte e lazer
- Políticas de habitação
- Políticas de mobilidade urbana
- Políticas de reorganização, regularização dos territórios
- Políticas ambientais e saneamento básico

Eixo III - Serviços públicos e direitos sociais - por uma cidade mais justa, solidária e cidadã.

- Políticas de assistência sociais
- Políticas de educação, ciência, tecnologia e formação profissional
- Políticas de saúde

Eixo IV - Direito ao trabalho, geração de renda e setor produtivo - por uma cidade produtiva, com trabalho digno e economia sustentável.

- Políticas de promoção ao trabalho

- Políticas de geração de renda
- Políticas para o desenvolvimento econômico sustentável

Eixo V - Direitos Humanos e promoção da igualdade - por uma cidade que respeite e proteja os direitos humanos e promova a diversidade e o acesso de direitos aos grupos e segmentos mulheres, juventudes, LGBTQs, quilombolas, população negra, pessoas com deficiência, ribeirinhos, crianças e adolescentes, idosos.

A partir dessa definição apontou-se pela elaboração de um documento síntese que expressasse a concepção política dos partidos que integram a chapa, bem como das estratégias para enfrentar os problemas vivenciados pelas trabalhadoras/trabalhadores, populações periféricas e grupos oprimidos que vivem na cidade de Macapá.

Esse documento apresenta uma análise da conjuntura, a contextualização dos eixos prioritários da campanha e propostas estruturantes para o enfrentamento dos problemas identificado em cada área de políticas públicas. Entende-se que esse documento síntese será um ponto de partida para o diálogo com os diferentes setores da sociedade.

Ainda que organizado em eixos específicos a formulação do programa deve expressa a preocupação com a transversalidade e interseccionalidade entre as políticas, de modo a contribuir para a inclusão e o acesso igualitários aos serviços públicos, defesa da democracia, dos direitos humanos e sociais, do meio ambiente e com o combate às desigualdades e opressões.

Para cada eixo foi indica uma equipe de coordenação responsável pela condução das atividades, identificação de colaboradores para o debate/formulação de propostas e sistematização do documento síntese encaminhado à coordenação geral para sistematização documento final.

Definidos os coordenadores de cada eixo, manteve-se uma dinâmica de reuniões periódicas para o diálogo sobre o diagnóstico da realidade, orientação metodológica e, posteriormente, definição de reuniões específicas por eixo.

Considerando as restrições impostas pelas medidas de prevenção ao novo coronavírus, as reuniões dos grupos de trabalho ocorreram em plataformas online.

Gestão

Proposta para a Política de gestão para Macapá – Governo Paulo Lemos

É de conhecimento de todos brasileiros as críticas constantes da má qualidade dos serviços oferecidos à população. Porém, nem é necessária uma análise muito criteriosa para admiti-las. A questão é que muitas propostas do governo apresentam soluções cada vez mais distantes, inviáveis e insatisfatórias.

Com Vistas à necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população da cidade de Macapá, a proposta do Eixo I deste Programa de Governo, pauta-se em quatro segmentos:

1. política de transparência na gestão pública,
2. participação nas decisões da cidade,
3. modernização administrativa
4. políticas de tecnologia de comunicação aplicadas à gestão pública

Entretanto, isso só será possível mediante uma prática administrativa integrada, padronizada e com objetivos bem definidos. Manter esse alinhamento entre a expectativa dos resultados e as estratégias utilizadas para alcançá-los é primordial.

O atual cenário econômico do país sinaliza a necessidade de investir em novas formas de otimizar a administração de projetos na área pública. Em todas as esferas, a escassez de recursos exige a adoção de medidas que possibilitem fazer mais com menos.

Especialmente no segmento público, o trabalho deverá ser impulsionado pela motivação em alcançar os objetivos do Governo, a despeito das dificuldades que acompanham o sistema organizacional.

Portanto, é essencial cultivar efetivamente essa cultura da qualidade dos serviços em toda as instituições públicas.

Assim, a importância de se buscar a participação popular na construção do projeto de governo é determinante para identificar as questões mais complexas, para que se implemente ações que favoreçam o cumprimento dos direitos mais elementares de cidadania. Logo, a capacidade de perceber de

fato quais são os problemas que impedem melhoria no atendimento no setor público é essencial.

Nesse contexto, não se pode esperar grandes avanços sem considerar os efeitos das decisões sobre o fator humano. Como os recursos são escassos, a saída exige a reflexão mais profunda sobre a necessidade de mudanças na execução dos trabalhos. Portanto, não adianta continuar a fazer tudo igual e esperar resultados diferentes.

Adotar um modelo de **gestão moderno, autêntico e atuante** proporciona chances reais de tornar a administração pública mais sólida e sustentável. O ideal, é investir em tecnologias disponíveis para colocar em ação o planejamento estratégico favorável à reestruturação das ações governamentais. Afinal, é praticamente impossível experimentar mudanças na gestão de programas no setor público sem delinear novas ideias, ou apostar em novas possibilidades.

Assim, Considerar-se-á como princípios norteadores dessa gestão municipal a modernização, a transparência e o protagonismo do cidadão. A partir dos significantes,

- Modernização: Buscar constantemente soluções inovadoras para os problemas da cidade de Macapá, notadamente com o uso de tecnologia que permita melhor atendimento a população, ganhos, agilidade e produtividade a menor custo.
- Transparência: Ampliar e melhorar os instrumentos de controle e de fiscalização disponível, no sentido de resultado das políticas públicas e a satisfação das necessidades dos cidadãos.
- Protagonismo do Cidadão: Trazer a população como protagonista das ações de governo, de forma a colaborar permanentemente com o setor público.

Nesse sentido, a proposta basear-se-á nos seguintes pontos:

- Política de transparência na gestão pública, pautada nas seguintes ações: Ampliar e melhorar os instrumentos de controle e de fiscalização disponíveis; Reestruturar a Controladoria Geral do Município de Macapá, para a realização de auditorias permanentes e setoriais.; Renovar tecnologicamente para dotar o Portal da Transparência do Município de informações mais claras e diretas, de forma a propiciar o acesso dos gastos da Prefeitura, em linguagem simples e

acessível; Regulamentar em âmbito municipal a Lei de Acesso à Informação (com base na Lei federal 12.527/2011).

- Participação nas decisões da Cidade:

Promover Ações através da Ouvidoria Municipal, voltadas para o estímulo ao Controle Social, com o protagonismo do Cidadão; Buscar resultados da gestão com a colaboração permanente da população e do Setor privado por meio de parcerias sociais, comunitárias e institucionais; Expandir o processo de consulta à população com vista a priorização de políticas públicas ante a necessidade local (Orçamento Popular).

- Modernização Administrativa:

Melhorar os processos de atendimento ao público, além de aperfeiçoar a gestão de pessoas, no sentido da humanização e profissionalização dos serviços; Fazer uma gestão aberta e participativa, com a criação de novos mecanismos de aproximação dos cidadãos; Criar cargos exclusivos para servidores de Carreira da Prefeitura, fortalecendo componente técnico em postos chaves; Revisar a estrutura administrativa vigente e o número de cargos em comissão de recrutamento amplo; Criar a Escola Administrativa municipal, pautada no ensino EAD e nas técnicas de tecnologia da informação, para os servidores municipais; Criar programa de valorização dos servidores, com ações de melhoria do ambiente de trabalho, saúde ocupacional, e qualidade de vida. Celebrar convênios com instituições de ensino educacional para contratação de Estagiários e Jovem Aprendiz no Município

- Políticas de Tecnologia e de Comunicação aplicadas na gestão pública e na gestão do espaço urbano:

Otimizar o serviço público de comunicação da prefeitura com vista ao interesse do cidadão e na formação crítica com pluralidade de informações de vozes; Regionalizar conteúdos que tratam de direitos das minorias, dando ênfase as diversidades culturais; Fazer comunicação mais plural que dê voz e “cara” para as diversidades da população local; Orientar os administradores em direção a uma gestão mais eficiente, que garanta a participação coletiva na definição, implementação, monitoramento e viabilização das políticas; Estimular uma cidadania consciente ativa e solidária, que possa melhorar a compreensão sobre o funcionamento do setor público; Induzir e qualificar a interação com a gestão e execução das ações de interesse coletivo.

Proposta para a Política de Direito à Cidade.

A Cidade pode ser entendida como: de elementos físicos - naturais (relevo, bacias hidrográficas, florestas, etc.) e construídos (edifícios, ruas, praças, parques, etc.) – e de pessoas (residentes ou não), bem como das relações socioeconômicas e ambientais criadas entre as pessoas, ou com os espaços da cidade, com acontecimentos, relações afetivas, de memória.

Macapá possui 503.327 habitantes, estimativa de 2019, concentra quase 60% da população do estado, e desta cerca de 95% é urbana! Um número considerável. Ainda mais com apenas 8,8% de urbanização das vias, segundo IBGE documenta.

Deve-se, então, pensar sobre por onde deslocam-se esses habitantes, e como os espaços públicos estão dispostos e a capacidade destes abrigarem a vitalidade de uma cidade, quão urbanizadas estas estejam, a presença de infraestrutura, de iluminação, como os diferentes lugares conectam-se.

Política Urbana: Crises e Lutas

A questão urbana brasileira tem sido problematizada por arquitetos, engenheiros, sociólogos e movimentos sociais urbanos desde os anos 1960 e a habitação tem sido o elemento principal das críticas desses setores. De fato, a questão da habitação nos remete ao epicentro da problemática urbana brasileira: a distribuição da terra. As cidades brasileiras foram constituídas e ocupadas a partir da lógica do latifúndio como bem mostra Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*.

Historicamente, soluções tecnocráticas embasadas por discurso desenvolvimentistas falharam e trouxeram consequências drásticas para as cidades. Desde as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, que procurava o trato paisagístico e embelezamento da cidade e expulsava os pobres para áreas mais distantes, até a construção de novas cidades, a lógica era sempre a da gentrificação para qualificar o espaço para as elites, possibilitando assim a constituição de um mercado imobiliário altamente elitista e lucrativo. Nesse sentido, historicamente, a arquitetura e o urbanismo foram utilizados no Brasil para segregar e reafirmar o poder das classes dominantes.

Conforme diversos pesquisadores e os próprios movimentos urbanos apontam, não existe uma “fórmula única” para resolver os problemas habitacionais no Brasil, mas seria necessária um conjunto de ações e políticas multidisciplinares no sentido de (redistribuir de forma igualitária os benefícios e ônus da urbanização. Reconhecer a condição de complexidade do problema habitacional passaria pela aceitação de formas alternativas de provisão habitacional.

A literatura sobre política urbana no Brasil evoca diversos aspectos para explicar a realidade excludente das cidades brasileiras. Ermínia Maricato, através das ideias de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro entre outros, destaca que as matrizes históricas da sociedade colonial, patrimonialista e clientelista, refletem a desigualdade na estrutura urbana das cidades brasileiras. A questão fundiária urbana, assim como no latifúndio da Casa Grande, é o “gargalo” do desenvolvimento urbano no país; a lógica clientelista de manutenção de privilégios reflete nos preços para acesso ao mercado imobiliário em lugares com boa infraestrutura e serviços públicos, além disso, os proprietários de imóveis se beneficiam da renda pública através dos investimentos em infraestrutura do Estado.

Como Raquel Rolnik (2015), Ermínia Maricato (2001; 2014) e Flávio Villaça (1995; 2005) afirmam, a questão fundiária é o epicentro da problemática urbana brasileira. A política de valorização imobiliária por meio de investimentos públicos tem sido tratada em vários estudos, e mais recentemente tem-se verificado uma articulação entre o capital imobiliário e o capital especulativo financeiro internacional (Rolnik, 2015).

O problema da habitação nas cidades brasileiras se originaria então de uma lógica de valorização excessiva dos imóveis na *cidade formal* através de investimentos públicos (além da tributação regressiva), expulsando a maioria dos cidadãos de baixa renda, recém-chegados à cidade (principalmente durante o período de 1960-80). Sem ter como pagar os preços altos dos aluguéis do mercado formal, boa parte dos cidadãos brasileiros teria que “se virar” para conseguir habitar a cidade. De modo geral, assim surgiriam as *cidades informais*, as coabitações e as autoconstruções nas periferias das cidades brasileiras. Muitos autores afirmam que a autoconstrução é o principal meio de provisão

habitacional no país; onde a contradição é evidente: a exceção passa a ser regra (Maricato, 1979, 2000a, 2000b; Villaça, 1995, 2001; Morado Nascimento, 2016).

A magnitude da informalidade e as precárias condições de vida na periferia são alarmantes. O processo de industrialização, que embora acompanhado de retóricas desenvolvimentistas, não foi capaz de modernizar o país. As rápidas mudanças demográficas da estrutura populacional brasileira não foram acompanhadas de políticas públicas voltadas a atender à crescente demanda dos novos moradores das cidades. E assim, as cidades brasileiras cresceram: quem conseguia trabalho na cidade simplesmente não tinha onde morar. Com a explosão demográfica das ocupações informais e o fracasso das políticas positivistas e estamentais, tem-se a emergência dos movimentos sociais que lutam pela pauta da habitação, reforma urbana e direito à cidade, ainda nos anos 1960, durante a ditadura militar (Maricato, 1979, 2000a, 2000b).

As heranças do governo militar persistem na política urbana atual. O contexto de criação do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) remete à crise política de 2005, durante o primeiro mandato do Governo Lula com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Diante de um cenário político e econômico turbulento, o Ministério das Cidades, em 2009, abraça a proposta do setor da construção civil de produção de casas em massa com investimentos do orçamento da União, do FGTS e do BNDES para financiamento da cadeia produtiva. Desde os primórdios, apesar de ter como discurso o objetivo da redução do déficit habitacional, que para a época era em torno de sete milhões (explicitando o viés puramente quantitativo do programa), com a construção de 1 milhão de casas, o PMCMV se revelou mais um programa econômico e industrial do que propriamente uma política pública urbana habitacional (Amore, 2015).

É necessário ressaltar que o PMCMV, não estava previsto no Plano Nacional de Habitação (PlanHab) bem como na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), planos elaborados por meio de participação popular e que previam possibilidades alternativas para se atacar o problema da moradia digna no país, para além da construção de novas unidades

habitacionais, respeitando as especificidades, demandas e necessidades de cada localidade, de cada família.

No entanto, com o desenvolvimento político do PMCMV, o programa ganhou enorme proporção, podendo ser considerado, do ponto de vista da produtividade e eficiência econômica, um grande sucesso. Diversas análises e estudos recentes do programa chegam a questionar se o programa é realmente voltado para redução do déficit. Tais estudos mostram que apenas 40% dos investimentos, na primeira fase do programa, era voltado para a Faixa 1 de famílias com rendimentos de até três salários-mínimos, sendo que o déficit é composto por mais de 90% das famílias nessa faixa de renda. Ressalta-se inclusive que 70% dos investimentos eram do orçamento da União (Amore, 2015; Balbim, Krause e Lima Neto, 2013; Balbim, Krause e Lima Neto, 2015).

É inegável o sucesso numérico do PMCMV. Porém, o programa não foge ao padrão BNH ao atacar o problema da habitação com um viés apenas quantitativo. Vale ressaltar, que o período da ditadura militar, foi o momento em que houve o maior desenvolvimento de planos de desenvolvimento urbano no Brasil e, no entanto, foi um dos momentos em que mais as desigualdades sociais e espaciais cresceram (Bonduki, 1998).

Dessa forma, o PMCMV revela-se de grande ambiguidade. O programa não rompe com a lógica de segregação sócio espacial contida na produção do espaço urbano das cidades brasileiras, uma vez que os empreendimentos são geralmente periféricos e precários, assim como também não há limitações à especulação imobiliária. Programas habitacionais com foco na produção massiva de casas, como o PMCMV, oferecem apenas uma única alternativa de enfrentamento da problemática habitacional, em detrimento de outras modalidades também possíveis de democratização da política habitacional como a urbanização de favelas, a regularização fundiária, o crédito à autoconstrução, dentre outras.

Passada a experiência petista no comando do Governo Federal, onde muito se tentou fazer em consonância com os ideais de reforma urbana cunhados pelos movimentos sociais, o balanço geral ainda é alvo de reflexões e debates. A retomada de protestos e mobilizações populares de forma geral, a

partir de 2013, que tematizam de alguma maneira a cidade, é um indício de que a vida nas cidades brasileiras não melhorou muito. É notável o descumprimento do Estatuto da Cidade e das diretrizes da PNDU, desenhados participativamente nas Conferências das Cidades. Cymbalista (2000) e Brasil et.al. (2012) mostraram as dificuldades da participação popular se fazer efetiva nas Conferências e Conselhos de políticas urbanas.

Segundo Canetti (2017), há duas correntes teóricas predominantes no âmbito do debate sobre as várias formas de produção informal do espaço urbano: a primeira concebe a produção do espaço periférico, sobretudo a autoconstrução, como um reflexo da multiplicação do capital, uma exploração extrema da força de trabalho uma vez que o capital não arca com os custos de sua reprodução; enquanto que a segunda tenta considerar as particularidades das formas de auto provisão habitacional, como os mutirões sob autogestão, expressões fundamentais, que permitem pensar novos modos de produzir, organizar e viver a cidade (Canetti, 2017).

Características da Urbanização de Macapá

A característica marcante da morfologia urbana da Cidade de Macapá é a baixa densidade populacional, marcada pela horizontalização da ocupação. O mercado imobiliário tem investido em condomínios, loteamentos (enclaves residenciais) quase desconectados da malha urbana, dispersos e afastados do centro. Alguns poucos edifícios verticais despontam na paisagem urbana de Macapá, num processo de verticalização tão lento quanto incerto, voltando-se para classes de renda mais elevada.

Com exceção do conjunto habitacional Macapaba, instalado na região Norte da Cidade, os empreendimentos de habitação popular mais recentes encontram-se relativamente bem localizados, sem, no entanto, significar melhorias concretas de qualidade de vida para a população. Essa é uma característica intrínseca de Macapá, grande parte dos assentamentos subnormais e conjuntos populares estão localizados em áreas próximas ao centro.

Pode-se dizer que Macapá concentra serviços e dispersa a população. Um ponto cada vez mais crítico dessa situação diz respeito ao acesso ao

saneamento ambiental, grande parte da população utiliza sistema de fossas sépticas, sem sumidouros ou processos adequados de dissolução de dejetos. Essa condição torna a vida de moradores de áreas de ressaca ainda mais precária e sujeita a doenças, além dos prejuízos ambientais. Nesse cenário pode-se inferir, que a falta de interesse político em se pensar a cidade para todos seus habitantes, a não execução dos planos urbanísticos elaborados nas últimas quatro décadas criou um quadro onde a maior parte da população não tem garantido o Direito à Cidade e as possibilidades que ela oferece, ou deveria oferecer.

As definições e os conceitos utilizados usualmente para se referir à questão habitacional, como déficit e necessidades habitacionais, apesar de serem importantes para se ter noção da dimensão do problema, são muito limitados, uma vez que é impossível entender questões urbanísticas apenas através de uma abordagem meramente quantitativa. A falta de moradias adequadas à realidade local revela uma problemática maior: a ausência de Cidade.

No mesmo sentido, temos um relevante déficit quanto a disposição de infraestruturas urbanas básicas, que são primordiais para o bem-estar coletivo e bom usufruto da cidade pela sua população. Tal problemática deve ser pauta primordial no planejamento de uma cidade mais justa e equânime, que estabeleça suas políticas em favor da estruturação de uma infraestrutura básica capaz e suficiente para atender sua população, além de estar alinhada a princípios do desenvolvimento sustentável.

Igualmente, o acesso a rede de serviços públicos; saúde, educação, cultura, lazer, informação; um espaço que aglutina diversos agentes sociais, que possibilita trocas e reprodução social mais rápidas, mais dinâmicas, que são direitos constitucionalmente garantidos, não vem sendo preconizado no seio das cidades, parte desse cenário de segregação foi criado pelo planejamento urbano com enfoque mercantil, voltado a fluidez do transporte motorizado individual e particular em detrimento ao transporte coletivo, concentrando postos de trabalho, serviços e equipamentos comunitários.

Para tal, desenvolvemos esta proposta estruturada em Qualificação dos Espaços Públicos; Repactuação da Mobilidade em Macapá; Contribuição a Questão Habitacional e Infraestrutura.

Qualificação dos Espaços Públicos

É necessário um grande esforço de transformação, a devolução da rua as pessoas, um espaço completo, capaz de sustentar a permanência e o trânsito, seguro, humano e inteligente, ativo ou motorizado, individual ou coletivo, particular ou público, sobretudo, o público, o coletivo, o ativo, o sustentável e inteligente. De maneira a garantir o direito à cidade as pessoas de forma acessível, plena e independente.

A retomada da rua é imprescindível. Com passeios arborizados, mobiliados, iluminados, livres de barreiras, verdadeiramente acolhedores. Mas, as ruas também são caminhos a encontrar praças, parques, monumentos, balneários, equipamentos comunitários (escolas, creches, centros cívicos, etc.).

É imperativo conhecer os bairros, suas dinâmicas, sua população, idade, gênero, as necessidades e interesses das pessoas que ali povoam para criação de praças adequadas multifuncionais, utilizáveis ao longo do dia, para prática esportiva (individual ou coletiva), para a cultura (música, dança, etc), ou ambos a exemplo do basquete de trinca que associa esporte e o Hip Hop, ou para a contemplação, o descanso. Estes equipamentos comunitários devem ser promotores de saúde física e mental, e urbana ao atuarem contra o racismo, a homofobia, o machismo uma vez que são espaço de encontro e reunião, devem comportar a diversidade de uma cidade mutável.

Em suma: o Programa de Governo proposto para cidades encarna os espaços através de uma ótica do provimento de espaços adequados e multifuncionais a cidade, capazes de incentivar a vitalidade e saúde das pessoas e da própria cidade. Evita-se assim a imposição de modalidades esportivas, ou de áreas áridas, desarborizadas, com baixa utilização, inseguros.

Assim temos:

1. As ruas assim como as praças, parques, monumentos, balneários e as áreas de equipamentos comunitários devem possuir iluminação pública adequada e inteligente, assim como serem arborizadas.
2. Os espaços públicos devem possuir mobiliário devidamente dimensionados e locados, com a adoção de desenho criativo.
3. A promoção de vias completas e compartilhadas através da criação de zonas peatonais.
4. Eliminação de barreiras nos passeios públicos.
5. Criação de rotas cicloviárias e zonas calmas, inserção segura da bicicleta no trânsito da cidade, inclusive com campanhas de respeito às leis de trânsito por parte do ciclista e condutores.
6. Praças e parques multifuncionais, evitando grandes estruturas com baixo potencial de uso.
7. Estímulo a atividades culturais espontâneas, eventos esportivos e gastronômicos, como maneira de estimular a economia de bairro e a criação de identidade entre a população e os espaços públicos.
8. Identificação de áreas para praça das artes, da juventude, cidade da criança.
9. Criar padrões de cidade educadora com totens de memória interativos (marcando lugares de relevância para Macapá, por acontecimentos ou figuras importantes), com paisagismo funcional e informativo (espécies para chás e alimentação).
10. Promoção municipal de atividades culturais fora da área central da cidade.

Em consórcio com outras secretarias:

Assistência social: Cartografia social de agentes culturais e esportivos com trabalho voluntário com crianças em situação de vulnerabilidade para regularização e parcerias.

Educação: sessão de quadras e auditórios dos edifícios escolares com agentes culturais e esportivos para trabalhos nas respectivas áreas, desde que estejam em situação regular.

Saúde: Ações com grupos de esportistas para verificação de saúde cardíaca, nutricional, etc.

Essas atividades serão mediadas com a Coordenadoria de Esportes e Lazer e Fundação de Cultura.

Repactuação da Mobilidade em Macapá

As relações entre a cidade e as pessoas são bastante intrincadas e remontam às primeiras experiências de convivência social dos seres humanos. É certo que os cidadãos moradores de hoje na nossa cidade, têm cultura e interesses vários e Macapá contém, indisfarçadamente, outras cidades no seu interior. Com vias congestionadas e queda progressiva na qualidade de vida, transporte público sem prioridade nos investimentos, são algumas das causas da grave crise de mobilidade que passa o Macapá. Todos os dias andamos pela capital do Amapá e notamos que a rua, ao invés de espaço de vida, é o espaço do medo; das mortes e feridos, onde carros passam em alta velocidade por dentro dos bairros cheios de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Os ônibus, por falta de alternativas, trafegam em meio aos imensos congestionamentos provocados pelo excesso de carros que entopem nossas ruas, tornando a tarifa mais cara e a rotina de deslocamento insuportável.

Então, mobilidade urbana é um atributo da cidade que se refere à facilidade de deslocamentos das pessoas e bens no espaço urbano, por meios motorizados ou não motorizados. Os transportes urbanos, ao contrário do que acredita o senso comum, contribuem para a fragmentação do tecido urbano, criando com isso distâncias e obstáculos que os macapaenses têm que superar todos os dias para trabalhar ou estudar. O processo de urbanização em Macapá foi de segregação territorial, onde a população carente foi expulsa do centro para a periferia, os serviços/equipamentos públicos são distribuídos de forma desigual e o transporte público ainda não supre a demanda adequadamente pois os mais pobres ficam segregados territorialmente, limitados para desenvolver suas capacidades e seus direitos.

As propostas a serem discutidas transitam pelo terreno das possibilidades concretas e das necessidades imediatas, com impacto positivo junto à população, para que comece agora a construção da cidade de Macapá com

qualidade de vida e recriada pelo conjunto dos seus moradores e moradoras. Assim, uma Macapá humana deve ter:

EQUIDADE na apropriação do sistema viário e na circulação urbana, priorizando os modos de transporte coletivo, a pé e de bicicleta, em relação ao automóvel particular;

ACESSIBILIDADE PARA TODOS (30 a 40 % dos deslocamentos são a pé), calçadas, equipamento de transferência intermodal e veículos acessíveis;

PRIORIDADE na gestão e investimento aos modos coletivos e não motorizados;

IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS DE SUSTENTABILIDADE URBANA (abrigos, corredores, e demais questões de mobilidade urbana);

QUE PROMOVA EFICIÊNCIA E A QUALIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO, com apropriação social dos ganhos de produtividade decorrentes;

REFORMA URBANA, obras viárias condicionadas a terem investimentos em Transporte Público, não motorizado e de acessibilidade a todos;

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: paz no trânsito e Mobilidade para todos.

MACAPÁ INTELIGENTE (iluminação de led, também nas calçadas e faixas de travessia, semáforos inteligentes, monitoramento urbano com vistas à segurança, internet ampla)

A qualidade de vida para Macapá implica na adoção de medidas destinadas a garantir uma mobilidade urbana que vise a acessibilidade para todos aos serviços, bens e oportunidades existentes; que assegure a segurança e combata com eficácia a violência no trânsito; que atue com efetividade na melhoria das condições ambientais, reduzindo a poluição, qualificando os espaços públicos, e os desperdícios de energia; que potencialize o desenvolvimento econômico e reduza os custos e tempos empregados na produção; que promova a articulação entre os diferentes segmentos sociais contribuindo para a redução da exclusão e amplie solidariedade social; que promova a coesão geográfica, eliminando ou minimizando a formação de

espaços excludentes; que promova a educação cidadã e que priorize a acessibilidade e a mobilidade as pessoas e não aos veículos.

Objetivos de uma nova política proposta:

Ampla mobilização da sociedade;

Construir uma agenda comum de lutas, cujos eixos propostos são:

Mobilidade para todos;

Investimentos permanentes no transporte público;

Barateamento das tarifas para a inclusão social

Prioridade para o transporte público no trânsito;

Transporte público com desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente.

Embora não haja aqui espaço para se aprofundar sobre o que levou Macapá a optar por essa política de mobilidade centrada nos automóveis, que aumenta a exclusão social e a poluição e promove um genocídio no trânsito, é possível demonstrar que há soluções, mas que pressupõem vontade política, responsabilidade pelo futuro das próximas gerações e pela sustentabilidade do planeta.

Para isso, propomos a análise de algumas das propostas centradas, a rua é das pessoas e não dos carros:

1. Equacionar os estacionamentos na via pública;
2. Garantir que todo investimento em novas ruas, incluindo os viadutos, seja para pedestres, ônibus e bicicletas;
3. Utilizar faixas de vias, para implantar corredores exclusivos de ônibus, e que esses sejam fiscalizados para não serem invadidos;
4. Criar um fundo de mobilidade urbana municipal;
5. Promover o planejamento racional das ruas pela prefeitura, integrando as linhas de ônibus, as bicicletas, as calçadas acessíveis e os carros às linhas de ferrovia e metrô e aos corredores exclusivos de ônibus.

Nosso sonho é construir uma Macapá em que os vários espaços sociais sejam valorizados, promovendo a inclusão da cidade real.

Contribuição a Questão Habitacional

ÁREAS DE RESSACA: HABITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

O termo *ressaca* é uma denominação regional para as áreas úmidas que conservam características paisagísticas em comum entre si. Do ponto de vista ambiental as *Áreas de Ressaca* são ecossistemas costeiros com regime hídrico regulado pela ação das chuvas e das marés, através de uma rede de canais, igarapés. A Cidade de Macapá é entrecortada por duas grandes bacias, Igarapé da Fortaleza, que divide Macapá de Santana, e a do Rio Curiaú. Essas bacias possuem características que as distinguem. Parte das áreas de ressaca são campos alagáveis reservatórios naturais, parte são florestas de várzea, lagos perenes e floresta inundada.

A ocupação de áreas alagáveis não é uma novidade. O processo de surgimento das cidades está relacionado a ocupação de margens de cursos d'água. Na Região Amazônica não fora diferente, diversas etnias autóctones habitam áreas alagáveis em palafitas, e a formação dos primeiros núcleos urbanos seguiu a mesma lógica.

Na Macapá urbana, a ocupação das áreas de ressaca inicia durante a década de 1950, com o processo de reordenamento socioespacial, desapropriou-se núcleos urbanos consolidados, sobretudo da população negra e pobre. Esse reordenamento tinha por objetivo modernizar a capital, período em que foram construídas escolas, hospitais, edificações institucionais. Desse processo resultou a migração, de trabalhadores rurais do Amapá e de outros estados em busca de melhores condições de vida.

Mas, a explosão das ocupações em ressacas se deu durante a década de 1980. Embora, desde a década de 1960, os estudos do espaço urbano macapaense e os planos urbanísticos elaborados dessem conta de que as áreas de ressaca, ou lagos, fossem importantes do ponto de vista ambiental e econômico, por serem reservatórios naturais, servirem como drenos para as águas das chuvas, possuírem valor turístico devido sua paisagem exuberante,

pouco ou nada foi realizado para a preservação dessas áreas úmidas de Macapá.

DEBATE DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

- Requalificar áreas ambientalmente frágeis e com risco social, a partir da promoção de cidadania e integração destas com a cidade, para isso faz necessário a construção de infraestrutura básica, saneamento ambiental com projetos alternativos e específicos para a situação das moradias em áreas úmidas. Dotar de estruturas cívicas para que se incentive a reprodução social cidadã, onde estejam contemplados creche, centro poliesportivo coberto, praça, e espaço comunitário destinado a associação de moradores.
- Incentivar o associativismo e empreendedorismo para que a área da intervenção possa se conectar economicamente com a cidade, através de ações de qualificação profissional. É necessário o estímulo à produção comunitária manufaturada, como o incentivo a agricultura urbana de gêneros alimentícios, a exemplo a produção de hortaliças e pequenas granjeiro, tais estratégias, somada a não destituição de pequenos comércio, previamente existentes, mantém a vivacidade da área da intervenção e ativam a economia da cidade.
- Cada área úmida da cidade de Macapá possui certo grau de especificidade, seja pelo processo histórico de ocupação, pela intensidade, pelo potencial de aproveitamento, além de diferenças dentro da própria área, com pontos mais densos e desorganizados a áreas menos densas, entre outros. Graças a essas características cada projeto deve possuir uma peculiaridade que se amolde a especificidade da área. No entanto, há inúmeros problemas em relação a habitação e ao saneamento ambiental, distribuição de água tratada e tratamento de esgoto sanitário que precisam ser observados. A remoção das famílias de áreas úmidas para conjuntos habitacionais homogêneos, e em sua maioria sem a participação da comunidade, não é a única solução, e muitas vezes não é a alternativa mais viável, para o problema habitacional. Embora existam situações em que a remoção é um recurso

necessário, para isso faz-se necessário planejar o envolvimento da população, para que as chances de sucesso desse empreendimento aumentem, levando sempre em consideração as peculiaridades de cada família e cada lugar. Essas realocações de moradores devem seguir critérios rigorosos, para que se possa planejar e organizar a superfície lacustre, aliviando a pressão que o meio ambiente sofre.

- Nas áreas onde a remoção não for viável uma alternativa é a reconstrução/adaptação, subsidiada pelo poder público municipal, das residências dos moradores, aqui o fornecimento de materiais e assessoramento técnico (arquitetos e engenheiros) associado aos mutirões comunitários de construção, podem ser um caminho alternativo para adequar a qualidade ambiental às necessidades habitacionais da população. O projeto participativo e o assessoramento técnico ampliam a qualidade dos projetos, considerando a identidade do lugar e as necessidades de cada morador.

Infraestrutura

REESTRUTURAÇÃO EM MASSA DAS CALÇADAS DE MACAPÁ

Caminhar é a mais simples forma de mobilidade, pois é com custo zero e gera pouco, ou nenhum impacto no sistema de transporte e no meio ambiente. Em termos de saúde apresenta inúmeros benefícios, sendo um de destaque mais recente, a não aglomeração intensa de pessoas em espaços confinados. Assim, a reestruturação das calçadas de Macapá se faz urgente e prioritária.

Estabelecimento de campanhas e parcerias público-privadas para a reestruturação das calçadas em frente aos imóveis residenciais e comerciais; incentivo fiscal da Prefeitura de Macapá para que os moradores obtenham perdão em multas ou desconto no IPTU em favor da construção ou adaptação de calçadas dentro de um padrão; imediata reconstrução de todas as calçadas que estejam situadas imediatamente no exterior de órgãos pertencentes à administração pública municipal como forma de incentivo moral para população quanto a padronização das calçadas.

Implementação de cartilha detalhada para o novo padrão de calçadas da cidade de Macapá, priorizando materiais de baixo custo e fácil manutenção,

como blocos intertravados e placas de concreto, além de toda a sinalização e regras de acessibilidade exigidas em norma técnica.

- Tornar o passeio em infraestrutura ecológica, drenagem, despoluição do através da arborização.
- Utilizar o subsolo dos passeios como galerias para retirada das instalações aéreas de energia elétrica e telecomunicações.
- Implementação de vias completas, construção integral, passeios, infraestrutura de saneamento ambiental, iluminação, pavimentação e mobiliário urbano.
- Iluminação pública com enfoque nas pessoas e de baixo impacto ecológico e energético.
- Pavimentações alternativas ao pavimento asfáltico, concreto drenante, asfalto com reutilização de pneus, pavimento com blocos articulados.

Serviços públicos e direitos sociais

Proposta para a Política de Saúde para Macapá

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) de Macapá, obrigatoriamente reside pelo fortalecimento da Política de Atenção Básica. É nesta condição, de máxima descentralização e ampliação dos serviços de saúde que nos aproximamos do povo e garantimos o direito à saúde dos cidadãos macapaenses. Nesse princípio, que nosso governo pretende trabalhar, compreendendo, que com investimento na Atenção Básica, estaremos garantindo à cada cidadão macapaense, pelos princípios expressos do SUS, da universalidade, integralidade, equidade, acessibilidade, da continuidade do cuidado, do vínculo, da humanização e da participação social, ter acesso à Rede de Atenção à Saúde.

Considerando os princípios do SUS, destacamos a prioridade de investimento na ação e serviços dos trabalhadores, que integram as equipes de saúde da família. Esses trabalhadores representam o primeiro contato com o povo, com o serviço, onde ocorre o acompanhamento próximo às famílias residentes em Macapá, trazendo os pleitos para as diversas equipes que

administram e executam o acompanhamento da situação de saúde no município de Macapá.

O estabelecimento de uma política de prevenção e educação para saúde em todas as esferas, será o alicerce principal do nosso governo, sobretudo, com os cuidados com o novo coronavírus 19. Além da COVID 19, Dengue, Zika Vírus e Chikungunya, nosso governo seguirá com focos em doenças que têm elevado o nível de internação e de óbitos na capital, por exemplo, a Sífilis, que segundo indicadores do ministério da saúde, o crescente número de casos de sífilis em Macapá preocupa as autoridades: em 2017, foram quase 130 casos. Já em 2018, o número passou para cerca de 250 casos de sífilis. Ainda, dados do Ministério da Saúde, mostram que a diabetes também cresceu 118,7% na população masculina, nos últimos 11 anos. Em 2017, 7% dos homens dizem ter diagnóstico de diabetes na capital.

Neste contexto, o incentivo para uma alimentação saudável e balanceada e a prática de atividades físicas será prioritária da nossa gestão. Trabalharemos com a instituição de uma política de Saúde que regule e fiscalize, em parceria com entes federados, promoção, publicidade ou propaganda de alimentos industrializados ultraprocessados com excesso de açúcar, gordura e sódio e prontos para o consumo dentro das dependências do órgão. Metas serão estabelecidas para frear o crescimento do excesso de peso e obesidade infantil em Macapá. A implementação de políticas intersetoriais de saúde e segurança alimentar e nutricional deverão ser prioridade no sistema.

Nosso planejamento estratégico de atendimento à população de Macapá com os serviços ampliados e de fácil acesso serão: de vacinação, educação e prevenção em saúde, consultas médicas e de enfermagem, exame preventivo do câncer do colo de útero, planejamento familiar, pré natal, acompanhamento de programas como hipertensão, diabetes, tabagismo, saúde do trabalhador, IST/AIDS, sífilis; Saúde: Bucal, da mulher, da criança, do adolescente, do homem, do idoso, saúde mental e saúde da população negra, ribeirinha, quilombola e da pessoa com deficiência, saúde ocular e auditiva dos escolares, e, ainda, saúde e acolhimento para atendimento às pessoas em uso abusivo de álcool, crack e outras drogas. As equipes de saúde da família contarão com o apoio do NASF nas áreas de psicologia, fisioterapia, serviço social,

fonoaudiologia, pediatria e ginecologia, onde funcionarão como referência para as equipes de saúde da família.

Sobre os Serviços de apoio diagnóstico, através do encaminhamento das unidades básicas, terão amplitude de oferta nos exames laboratoriais e por imagem, concretizando a cooperação entre Estado, União e município pelo SUS, garantindo maior agilidade nos resultados dos exames, com redução do tempo de entrega ao usuário.

Diante do contexto propositivo, acrescentamos objetivamente:

Propostas:

- 1- Estabelecer uma política de despreciação das equipes de Saúde da Família (salários/ ampliação das equipes/ garantia dos direitos estatutários). Com isso, urge implementar uma política de valorização da carreira, de formação e, também voltada para a saúde dos profissionais municipais, no que tange às dimensões física, psicológica, social e afetiva, visando o desenvolvimento de uma autoestima positiva;
- 2- Georreferenciamento das unidades básicas de saúde;
- 3- Reformulação das coordenações por ciclos de vida e redes de atenção à saúde;
- 4- Ampliação dos serviços secundários com bases nos indicadores de morbimortalidade do município;
- 5- Efetivar transporte sanitário entre os distritos e a capital com referências às UBS da capital;
- 6- Reforma, ampliação e construção das Unidades Básicas de Saúde priorizando bairros periféricos e do campo,
- 7- Ampliação do número de equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do NASF com efetivação do regime de cooperação entre os entes federados (União, Estado e Municípios)

8- Fortalecer a Policlínica da Unifap, por meio do seu programa curricular dos cursos da área de saúde (medicina, enfermagem, Farmácia, biologia, etc) em estágios na zona rural, de ofertar atendimento de saúde itinerante aos Distritos e comunidades da Pedreira, Bailique, Carapanatuba, Fazendinha e São Joaquim, garantindo ações e serviços oferecidos com atendimentos semanais, às comunidades rurais e ribeirinhas.

9- Implementar serviços de regulação, pela cooperação com o SUS estadual, de problemas de saúde que na rede básica não pode ser resolvido. A agenda será efetuada de forma estratégica no sentido de fortalecer a Atenção Básica, na promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamentos e reabilitações que impactam nas condições de saúde e na qualidade de vida das pessoas que residem no município de Macapá.

10- Implementar a gestão democrática nas UBSs de Macapá, na escolha dos seus diretores, valorizando servidores concursados da rede de saúde, para em regime de colaboração efetue a gestão da unidade com autonomia e participação popular.

Serviços públicos e direitos sociais

Proposta para a Política de Educação para Macapá

A escola pública, como um direito social, torna-se fundamental para a criação de uma Macapá democrática, para todas e todos, onde o saber, o conhecimento ocupa a engrenagem, o eixo que norteia todas as demandas da cidade. A escola é o palco principal da construção de sonhos e de esperança, portanto, o ingresso de crianças nas unidades de Educação Infantil e no decorrer de sua trajetória escolar, no ensino fundamental e médio, compreende a principal estruturação de um governo. É na escola que as crianças passam a maior parte do tempo, vivenciando experiências de aprendizagem e brincadeira. Na escola, se forma personalidade, caráter, pois os valores e atitudes produzidos e acumulados pela humanidade são focos permanentes dos conteúdos escolares, assim as crianças aprendem fazer escolhas, e, sobretudo, como se relacionar com e na sociedade.

Portanto, a escola é o principal espaço de desenvolvimento da humanidade, devendo ser prioridade das políticas públicas e de investimentos, aspectos garantidores da qualidade da educacional. Em nosso contexto local, Macapá possui um dos piores índices de qualidade educacional do Brasil, onde o Ideb vem ocupando a 26ª posição nacional, taxa de matrículas em tempo integral em 2,6% na educação infantil (Anuário da Educação Brasileira- 2020) e, a mais baixa taxa de escolarização da região Norte com 7,9% na educação infantil (IBGE). Esse cenário nos revela ausência de investimentos suficientes e adequados aplicados à rede municipal.

Reverter esse cenário, que tem sequestrado o direito à uma educação de qualidade, requer uma gestão pública comprometida com justiça social e a democratização do conhecimento, garantindo acesso e permanência do aluno na escola, ou seja, requer a instituição de uma política educacional coerente com os princípios de universalização, inclusão, qualidade social e democratização da gestão. Nossa proposta de gestão para educação, terá como referência eixos inter-relacionados que permitirão implementar ações para o enfrentamento dos graves problemas educacionais, como a desigualdade de oportunidades, o analfabetismo, a exclusão, o fracasso escolar, os baixos índices de escolarização da população, e principalmente a desvalorização do servidor municipal.

Propostas:

1. Educação não é mercadoria: é dever do Estado e direito de todos e todas desde a primeira infância, garantir escola pública. Para isso é necessário resgatar a dimensão humana e cidadã da Educação, e, ofertar o número de matrículas de acordo com a demanda populacional existente, no território Macapaense, garantindo o acesso à educação de qualidade independente de local de residência ou classe social dos estudantes. Para isso, a ampliação do número de escolas e concurso público para profissionais da educação, deverá ser prioridade.

2. Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação dos recursos destinados à educação municipal.
3. Promover o alinhamento do planejamento Educacional, com vistas à cooperação técnica e financeira do Estado e governo Federal, por meio de planos decenais de educação do Estado, Plano Municipal de Educação de Macapá, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE); Com isso, efetivar progressiva implementação de um plano estratégico, pedagógico e orçamentário, que tenha por meta alcançar a universalização do atendimento de creches públicas do município, considerando o estabelecido no Plano Municipal de Educação de Macapá.
4. Estabelecer diálogo, com mesa permanente com o sindicato da educação municipal, para que, de forma prioritária, possa se cumprir com o estabelecido Plano de Carreira e de Valorização dos profissionais da educação (professores, técnicos e auxiliares administrativos).
5. Investir na formação de professores com metas de alcance aos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) com estabelecimento de convênios com as universidades públicas do Amapá e do Brasil.
6. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Para isso se ofertará formação centrada na escola, fornecendo e apoiando o uso de material pedagógico para combater a violência instalada na sociedade, dentre elas, o machismo, a homo/ les/ bi/ transfobia e a discriminação racial. Objetiva-se que as escolas municipais possam desenvolver um projeto pedagógico que trabalhe o respeito e a valorização da diversidade cultural existente em nossa sociedade, com programas de formação que visam a ruptura, a exclusão de todas as formas de preconceito e discriminação. A linha deverá ser o respeito às diferenças e às múltiplas formas de aprender, com garantia de atendimento às dificuldades de aprendizagem;
7. Garantir em discussão democrática e participativa com os trabalhadores da educação municipal, a criação de um Plano estratégico curricular na

unidades escolares que dialogue com a base nacional comum curricular aprovada pelo município de Macapá, que possa orientar a composição dos currículos de acordo com sua realidade - garantindo aqui a autonomia dos sujeitos que fazem o ato educativo no chão da escola - a formação dos profissionais da educação e os processos de avaliação educacional;

8. Efetivar um diagnóstico das condições de trabalho dos profissionais da educação no espaço das escolas urbanas e do campo (transporte escolar, água, luz, laboratórios, banheiros, recursos tecnológicos e didáticos inclusivos, quadras desportivas cobertas, acesso e acessibilidade, etc), para demandar orçamento, convênio de cooperação vertical e horizontal entre os entes federados, estabelecidos no art. 206 da Constituição Federal.
9. Efetivar a Gestão democrática em todas as unidades escolares no primeiro ano de governo, garantindo o processo de eleição direta de diretores escolares, fortalecendo assim, os mecanismos de participação direta das comunidades escolares nos processos de coordenação, planejamento, gestão e avaliação do cotidiano escolar.

Serviços públicos e direitos sociais

Proposta para a Política de Assistência Social para Macapá –

O racismo só é invisível para quem o pratica. Por isso, a defesa das políticas públicas em geral, e da assistência social em particular, deve ser hoje encarada pelos agentes públicos como uma prática antirracista. (Torres e Ferreira, 2020, p. 106)

A Política de Assistência Social, juntamente com a Política de Saúde e a Previdência Social compõem a Seguridade Social instituída pela Constituição Federal de 1988. A sua inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada às outras políticas do campo

social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. É importante ressaltar que a Assistência Social é “Direito do cidadão e dever do Estado”, é política não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei 8.742/93, Art. 1º). Como política social pública, a Assistência Social integra o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado em 2005 e está presente em todos os municípios como uma possibilidade estratégica de se constituir em centro de difusão de direitos e promoção da cidadania. A implementação do SUAS em Macapá exige o compromisso político do governo municipal, afirmando a sua responsabilidade estatal em fazer a gestão da assistência social, enfatizando a descentralização político-administrativa e a participação da população. Esse processo se dá integrado aos demais entes federativos (Estado e União), de forma que as responsabilidades de cada um se efetivem visando à garantia dos direitos previstos, tanto na LOAS (Lei 8.742/93) como na Lei da Política e do Sistema Único de Assistência Social de Macapá (Lei n. 2.343/2019-PMM).

O SUAS é a forma de estruturação e de organização da Política de Assistência Social nos territórios, articulando serviços, programas, projetos e benefícios ofertados e organizados pelos entes federativos (União, Estados e Municípios) para oferta e garantia de Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos, a quem dela precisar. Portanto, a tarefa de consolidar o SUAS no município de Macapá acontecerá na medida em que existirem comprometimentos e esforços, no sentido da promoção das mudanças necessárias e adequação da prática a uma nova cultura por direitos sociais verdadeiros. Com essa mudança, a Política de Assistência Social ganha ainda mais concretude nos procedimentos e fundamentos para uma gestão eficaz, possibilitando qualidade e aperfeiçoamento na prestação de seus serviços, programas e outras ações socioassistenciais.

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) terá impactos duradouros em toda a sociedade, mas, seus efeitos serão maiores entre a população mais

vulnerável. Trabalhadores sem acesso à proteção previdenciária (“informais”) e suas famílias compõem um enorme contingente populacional que depende da política de assistência social para se proteger de vulnerabilidades particularmente pungentes, tais como a desnutrição, o desabrigo, a incapacidade de trabalho por idade ou deficiência, o desemprego, o rompimento de vínculos familiares e de cuidados, as violações de direitos, entre outras situações, temporárias ou permanentes. (IPEA, 2020, p. 9)

Os benefícios federais, como o de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família (BF) e o recente auxílio emergencial são fundamentais para fazer frente aos desafios, mas não se bastam em si. Para chegar a quem deles necessita, esses benefícios dependem de uma rede capaz de atender aos demandantes e cadastrá-los, bem como identificar aqueles que são elegíveis. Além disso, outros tipos de demanda – por exemplo, atendimento e orientação em situações de violência doméstica e acolhimento institucional em situações de desabrigo – podem exigir a oferta de serviços socioassistenciais e/ou de benefícios eventuais na forma de cestas básicas, aluguel social ou, ainda, distribuição de kits de higiene para proteção pessoal e auxílio funeral. [...] É nesse contexto de crise econômica e crise fiscal do Estado, que a pandemia da Covid-19 lança seu desafio ao Suas. (Ibdem)

Reconhecendo a imperiosa necessidade de tornar a Assistência Social política de Estado e uma estratégia de enfrentamento das expressões da questão social é que o nosso governo se compromete cumprir fielmente os princípios, diretrizes e objetivos da legislação nacional e local, visando atender o público usuário da Política de Assistência Social, que são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

Assim, apresentamos a seguir algumas propostas que deverão ser implementadas na área de Assistência Social, organizadas sob a forma de um sistema descentralizado e participativo (Suas), assegurando a ampla participação dos principais atores desta política que são: as/os usuários, as/os trabalhadoras/es e as entidades prestadoras de serviço desta política:

Propostas:

1. Assumir e desenvolver efetivamente a proteção social, a vigilância socioassistencial, a defesa de direitos, com a participação da população, assumindo a primazia da responsabilidade na condução da política de assistência social pelo governo municipal e dar centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território. Esses são os objetivos da Política de Assistência Social, conforme determina o artigo 4º, I a VI, da Lei do SUAS de Macapá (Lei n. 2.343/2019-PMM);

2. Construir, de forma intersetorial e com a participação da sociedade, ações que deverão combater a desigualdade entre homens e mulheres; a desigualdade de condições de vida entre a população branca e a população negra; envidar esforços para assegurar que as crianças, adolescentes e jovens das famílias pobres permaneçam na escola, considerando que a escolaridade é um fator fundamental no que se refere aos ciclos de reprodução da desigualdade e da pobreza;

3. Criar um conjunto de ações de articulação das políticas públicas e de mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social para o acesso a oportunidades ao trabalho e emprego;

4. Estabelecer ações objetivas para enfrentamento das desigualdades, em especial da desigualdade de gênero e de cor.

5. Implantar serviços de suporte/apoio às pessoas com dependência, de forma a lhes proporcionar melhor qualidade de vida e, ao mesmo tempo, a aliviar a sobrecarga dos(as) cuidadores(as) no âmbito da família;

6. Implementar ações voltadas às crianças de 0 a 6 e respectivas famílias (cuidados e desenvolvimento infantil e apoio/suporte às mães);

7. Assumir como prioridade o desenvolvimento de ações concretas voltadas para redução da vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres, em especial, daquelas com presença de crianças;

8. Formular e implantar programas e projetos voltados ao resgate e valorização da diversidade étnica;

9. Capacitar os profissionais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sobre os temas que envolvem violência e violação de direitos, voltados para os usuários do SUAS, de todos os segmentos, entre eles: crianças, adolescentes e jovens; pessoa com deficiência; pessoas idosas; população em situação de rua; população LGBT; pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas; Povos e Comunidades Tradicionais; violências envolvendo gênero, raça e etnia; trabalho infantil; violência sexual contra crianças e adolescentes; e demais violações;

10. Promover as ações de integração entre Proteção Básica e Proteção Especial, particularmente no atendimento de populações de difícil alcance;

11. Promover a Gestão do Trabalho de forma democrática e participativa, visando a dos/as trabalhadoras/es do SUAS, garantindo condições para ampliar o conhecimento individual e coletivo sobre o campo da proteção social; Realizar investimento na carreira profissional e salarial, contribuindo para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços socioassistenciais à/ao cidadã/ão usuária/o que se vale do SUAS, por meio de capacitação e educação permanente para trabalhadoras/es estatutários ou celetistas da rede pública e rede privada conveniada que prestam serviços com recursos financeiros estatais, gestoras/es, conselheiras/os de assistência social e de direitos; compor o quadro de trabalhadoras/es via concurso público; garantir a mesa de negociação; criação do PCCS - cargos, carreiras e salários; instituir o núcleo de educação permanente;

12. Respeitar a autonomia política do controle social, construindo coletivamente ações de qualificação para o Conselho de Assistência Social; Ampliar os espaços e escopo da participação dos usuários nas Unidades e Serviços presentes no território; Fortalecer os coletivos, movimentos e organizações

compostas e protagonizadas pela juventude negra e da promoção do diálogo intergeracional, movimento de mulheres, segmento LGBT, idosos, pessoas com deficiência, população de rua, e todos os segmentos que são usuários da Política de Assistência Social.

Eixo IV – Direito ao trabalho, geração de renda e setor produtivo.

Macapá é conhecida entre os outros municípios como a capital de sonhos, onde gera empregos e renda, onde muitos amapaenses buscam melhoria de vida, a capital de trabalho, das trabalhadoras, dos trabalhadores e suas lutas. O poder público age como se esse grupo social, verdadeiro responsável pelo funcionamento da cidade, não tivesse direito a ela, sendo afastado dos processos de tomada de decisão. É possível se pensar num lugar agradável, desenvolvido, alegre, com mais direitos de empregos e poder aquisitivo, que possam transformar a vida em coletividade. Pensar em Macapá, numa cidade melhor e de livre acesso aos espaços públicos requer construir propostas que dignifique e qualifique a vida da nossa gente, e isso exige empenho, estímulo, ousadia e envolvimento de todos.

As principais despesas correntes de consumo das famílias concentram-se nas áreas de moradia, mobilidade e alimentação (setores onde as políticas municipais têm uma grande incidência). Elas representam mais de 60% dos gastos médios. E o impacto é ainda mais dramático na camada mais pobre da população: quanto menor a renda familiar, maior é o peso dessas despesas no orçamento. Quem ganha até R\$ 830 gasta 20% da renda com alimentação. Quem ganha mais de R\$ 10 mil desembolsa 9%. Os mais pobres gastam 40% da renda com habitação, sendo 21% com o aluguel. Os mais ricos, 27% sendo 10% com o aluguel. Ou seja, o progressivo aumento do custo de vida na última década resultou no crescimento da desigualdade social.

Macapá é a uma das capitais que mais sofreu no primeiro trimestre com o desemprego pela pandemia, cerca 17,2% de pessoas acima de 14 anos estão fora do mercado de trabalho, entre essas pessoas 21,5% são mulheres, 19,3% negros.

Em virtude da Pandemia, causada pelo COVID-19, que tem assolado e entristecido muitas famílias nos últimos meses, será imprescindível a nossa atuação, de uma gestão que tenha compromisso em resgatar os direitos e a autoestima dos macapaenses, em reestruturar suas vidas, tanto financeira quanto emocional, e com isso tendo o direito de atuar sobre os padrões de sociabilidade.

É necessário construirmos uma gestão que englobe diferentes setores, produzindo estratégias inovadoras e alternativas para geração de renda, uma política transversal de inclusão de mão de obra negra e para mulheres, que garanta seus direitos. Um plano baseado em cinco princípios: transparência, participação, desburocratização, valorização e inclusão. Sonhamos, assim, com uma cidade que promova a distribuição de renda e reduza as desigualdades sociais.

Em um momento, em que muitos direitos têm sido atacados ou mesmo desmontados e até retirados, discutir e propor políticas de promoção ao trabalho, políticas de geração de renda e políticas para o desenvolvimento econômico sustentável, valorizar a criação de trabalhos dignos e decentes, ou seja, aqueles adequadamente remunerados e em que os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

A Macapá que queremos merece um projeto que possibilite o trabalho digno e decente para todos os cidadãos, levando em consideração as dimensões de classe, gênero e raça.

PRIORIDADES E COMPROMISSO:

- Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas com baixo impacto ambiental;
- Criar o Conselho Municipal de Trabalho;

- Criar Comitês Regionais de Solidariedade e Emprego constituídos pelo governo municipal local e entidades da sociedade e da comunidade, para que identifiquem quais as iniciativas e programas que possam gerar renda ou complemento de renda, as possibilidades de organização de cooperativas de reciclagem, de artesanato, de micro produtores.
- Apoiar diretamente os desempregados através de implantação de alguma modalidade de Passe para o Desempregado, de Centrais de Atendimento e Oferta de Empregos, de frentes de trabalho para suprir ou ampliar serviços na comunidade.
- Redimensionar as políticas públicas da assistência social para acolher e atender a população vulnerável e em situação de rua, com ampliação de equipamentos de acolhimento, restaurantes populares com atenção especial para as crianças, mulheres, jovens e idosos.
- Apoiar o comércio de bairro;
- Valorizar a agricultura familiar pelo PAA (Programa de Aquisições de Alimento);
- Valorizar a agricultura familiar pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Fortalecer a Zona Franca Verde de Macapá: incentivando os pequenos e médios empresas, ofertando palestras e dando um apoio técnico para compreender e colocar em prática;
- Fortalecer os Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (CPTRs);
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de jovens e de idosos no mercado de trabalho;
- Fortalecer a fiscalização sobre situações de trabalho análogo ao de escravo;
- Criar um Plano Municipal de Previdência Social, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação.
- Fortalecimento das microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedoras mulheres: sabemos que 50,8% da renda familiar

macapaense vem de mulheres, que cada vez mais vão procurando espaços e meios de aumentar sua renda.

Intensificar a formalização e a capacitação dos empreendedores:

- Programa para capacitar e legalizar empreendedores populares e trabalhadores na área rural e urbana no município de Macapá, em empreendedorismo individual de modo que possam, não só qualifica-los para o mercado, mas também aumentar a renda familiar utilizando ferramentas de trabalho da administração, gerando uma lucratividade maior e ajudando o município de Macapá a desenvolver sua economia com eficiência, proporcionando oportunidade para os empreendedores crescerem e sair da informalidade e gerar novos empregos, em parceria com SENAI, SENAC, SENAT, SEBRAE e outras instituições de formação de pessoal;
- Fortalecer a fiscalização sobre situações de trabalho análogo ao de escravo;
- Instituir um Plano Municipal de Turismo, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, com o objetivo de integrar as políticas públicas voltadas para o turismo ao planejamento socioeconômico da cidade;
 - Criar o Conselho Municipal Turismo dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de turismo;
 - Integrar a política de turismo com a política cultural;
 - Investir no potencial de ecoturismo da cidade, monitorando o impacto socioambiental sobre os roteiros existentes e mapeando novos circuitos;
 - Criar roteiros turísticos e culturais alternativos, integrando e valorizando bairros históricos que estão fora dos circuitos tradicionais do turismo na cidade; Ampliar os programas de apoio à utilização e frequência dos macapaenses aos pontos turísticos da cidade;
 - Intensificar a fiscalização e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de interesse turístico;

- Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho, para afirmar o protagonismo destes setores sociais, levando em consideração sua experiência histórica, suas demandas e necessidades específicas.
- Incentivar e oferecer condições para a organização produtiva de mulheres em condições de vulnerabilidade social em suas localidades, notadamente moradoras de pontes e bairros pobres;
- Oferecer, em conjunto com a Secretaria de Educação, cursos voltados para a formação profissional de transexuais e travestis, visando ampliar as alternativas de inserção no mundo do trabalho.

Direitos Humanos e Promoção da Igualdade

Proposta para a Política de Mulheres para Macapá

No Brasil, com uma população de 195,2 milhões de habitantes, cerca de 100,5 milhões de habitantes – ou 51,5% - são mulheres de acordo com a PNAD 2011, representando 5,8 milhões a mais que os homens. Em Macapá cerca de 21% das responsáveis pela casa/lar são mulheres na capital.

Prioridades:

- a) Combate a todas as formas de machismo e sexismo,
- b) Compromisso em defesa e ampliação dos direitos das mulheres,
- c) Construção participativa de políticas públicas visando combater o machismo por meio do diálogo permanente com os movimentos sociais e entidades buscando elaboração.

Propostas:

1. Combate à violência contra a mulher: a violência permanece uma das mais graves violações dos direitos das mulheres e um dos maiores desafios no que se refere à construção de políticas públicas. Os índices ainda são altos em todo o país.

- * Promover a prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas socioeducativas nos meios de comunicação de massa, nas escolas e nos serviços públicos em geral (saúde, segurança etc.);
- * Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual, ampliando e estruturando serviços especializados: CRAM.
- * Formar e capacitar os servidores públicos, em particular na área de saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas de violência.

2. Aumento da oferta de vagas na educação infantil: O Brasil precisa de mais creches (como são mais conhecidas as escolas infantis). Segundo a PNAD de 2011, 37,4% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e dentre elas há muitas que criam seus filhos sozinhas. A realidade de grande parte das mulheres trabalhadoras é ter que deixar seus filhos com vizinhos ou crianças um pouco maiores. Mesmo em lares com pai e mãe, muitas vezes ambos precisam trabalhar fora de casa. Essas crianças ficam sem assistência qualificada e expostas a riscos. Além disso, toda criança tem direito à educação escolar desde a primeira infância. Portanto, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas vem preencher uma lacuna frequente nas residências brasileiras, especialmente as mais carentes. Defender a educação infantil como obrigatória dos zero aos seis anos é defender as crianças e seu direito a uma oportunidade de desenvolvimento pleno, visto que é nesta fase da vida que se formam as bases para o aprendizado futuro.
3. Aumento do tempo de licença maternidade e paternidade:
4. Mulheres negras: Para as mulheres negras o direito à vida própria (autonomia) até o direito à própria vida (no enfrentamento à violência) são batalhas constantes. Isso, apesar do espaço conquistado por meio das lutas históricas das mulheres em geral, e das negras em particular. Lutas que conseguiram se traduzir em políticas públicas de enfrentamento à violência, de acesso a trabalho e renda, à educação e saúde e de empoderamento político. O racismo, aliado ao sexismo, constitui a base

real da subjugação das mulheres negras no Brasil. As estatísticas apontam o que é ser mulher e negra num país em que a estrutura socioeconômica e político cultural foi construída e embasada em práticas racistas e sexistas. As mulheres negras e jovens são a maioria das vítimas de violência doméstica, além de estarem mais constantemente expostas à violência sexual e policial. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais de 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011 eram negras.

- * Incentivo a medidas que possam transformar esta realidade, garantindo a estas mulheres o acesso à cidadania, além de incentivo em conselhos de participação popular;

- * Formação, educação permanente e atenção especial dos servidores da saúde para a saúde integral das mulheres negras, com atenção especial nos casos de hipertensão, diabetes e anemia falciforme.

Proposta para a Política de Juventude para Macapá

Eixo V 1.2 Juventude

A juventude de Macapá representa maior parcela da população do município segundo dados do último IBGE.

Essa juventude é formada por ribeirinhos, quilombolas, indígenas, moradores de áreas de ressaca, moradores da zona rural e moradores da zona urbana.

A diversidade dessa população, exige uma série de políticas públicas para atender as necessidades desses jovens como acesso a educação de qualidade, formação profissional, oportunidade de emprego, direito ao lazer e outras.

A cidade por anos não propicia políticas públicas efetivas e concretas para essa população, que promovam seu desenvolvimento como cidadão e garantam um futuro digno.

A realidade é que os índices de desemprego, evasão escolar, desemprego, violência, suicídios e de portadores de dst nessa faixa etária ainda são muito altos.

Precisamos que Macapá seja uma cidade de todos, construída a partir de movimentos endógenos, realizados pelas mais diversas juventudes e territórios

com suas experiências e conexões para enfrentar os privilégios e desigualdades estruturais.

A juventude é o nosso futuro, o futuro da nossa cidade!

Educação:

1.1 Promoção de espaços escolares atrativos através de atividades extracurriculares, que auxiliem na formação social, cultural, esportiva e artística dos jovens, evitando a evasão escolar.

1.2 Implantação de um modelo pedagógico no ensino médio focado nas habilidades e competências exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio, construindo uma base sólida para o estudante ingressar no ensino superior ou técnico.

1.3 Realização de palestras de educação sexual e contra as opressões de gênero, classe, sexualidade, etnia, religião, bimestrais nas escolas do município. Evitando casos de violência e discriminação dentro e fora do espaço escolar.

Lazer e Esporte

1.1 Realização e apoio de eventos culturais realizados nas mais diversas partes da cidade e dos mais diversos segmentos culturais feitos pela juventude amapaense.

1.2 Reestruturação de praças públicas de bairros distantes e construção de novos CEUs das artes de modo descentralizado, proporcionando ambientes atrativos para a prática de esportes, piqueniques e outras atividades ligadas ao lazer perto de onde a jovens vivem.

1.3 Implantação de um programa de incentivo ao esporte nas escolas municipais.

Qualificação

1.1 Ampliação dos estágios remunerados, através de um programa estágio da prefeitura em conjunto com a iniciativa privada.

1.2 Oferta de cursos profissionalizantes para estudantes do ensino médio ou que já concluíram, de acordo com as demandas locais, propiciando mais oportunidades de emprego.

Saúde

1.1 Realizar campanhas de saúde sexual dentro das escolas municipais, contando com profissionais da área da saúde.

1.2 Cumprir as exigências do número de psicólogos nas escolas municipais e incentivá-los a realizar seminários sobre saúde mental e acompanhar casos específicos de alunos se necessário.

Eixo V 1.3 LGBT+

O desenvolvimento integral, equânime, transversal e afirmativa para a melhoria da qualidade de vida da população articulando com as demais políticas públicas municipais e demais conselhos de direitos, garantindo que as minorias e grupos tradicionalmente fragilizados tenham acesso aos serviços de forma qualificada no SUS, ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA, CULTURA E LAZER.

Apesar de diferentes, somos todos livres e iguais sem distinção de sexo, cor, raça, religião, orientação sexual, identidade e expressão de gênero e opinião política e por isso devemos ser respeitados e protegidos pelo Estado, pois cabe a ele promovê-los e impedir a violação de tais direitos.

Propostas em três dimensões:

1 – Gestão

- Instituir a rede municipal de atendimento integral à população LGBT ;

- Aprovar o plano municipal de políticas públicas para população LGBT;
- Fortalecer a Coordenação Municipal de Políticas de Promoção da Diversidade Sexual como órgão de gestão e articulação da agenda LGBT no conjunto da administração municipal;

2 – Por uma cidade que respeita e promove a diversidade – O direito à cidade para os LGBTs

- Garantir o direito à moradia, ampliando a inclusão da população LGBT nos programas habitacionais do município;
- Garantir uma cidade segura para os LGBTs com formação e criação de unidade de atendimento a crimes de ódio no âmbito da Guarda Civil municipal;
- Promover políticas culturais que valorizem e estimulem manifestações culturais voltadas e produzidas por LGBTs e que promovam a ocupação do espaço público por essa população;
- Instituir no circuito cultural do Município calendário para promover a cultura LGBT;

3 – Serviços públicos e direitos sociais (Por uma cidade mais justa, solidária e diversa)

- Implementar a política integral de saúde da população LGBT com garantia de acolhimento humanizado desse segmento na rede municipal de saúde;
- Garantir atendimento especializado no âmbito do Sistema Único de Saúde à população transexual com implementação de ambulatório trans;

- Promover ações de educação em saúde com serviço de orientação e acompanhamento na área de saúde sexual e reprodutiva para mulheres lésbicas, travestis e transexuais;
- Implementar Centro de Referência Especializado no Atendimento a LGBTs vítimas de violências;
- Garantir e ampliar a inclusão da população LGBT nos programas de transferência de renda e nos serviços de assistência social do município;
- Implementar política municipal de educação em direitos humanos para promover cultura de respeito à diversidade de gênero nas escolas municipais;
- Garantir e fomentar programa de apoio ao acesso e permanência à Universidade a população LGBT;
- Garantir programas de educação para ampliar escolarização da população LGBTs que não concluíram escolar;

3 – Por uma cidade produtiva e com trabalho digno para a população LGBT

- Implementar programa municipal de qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho de LGBTs com criação de rede de parceiros do setor privado;
- Fomentar linhas de crédito para apoiar iniciativas produtivas e de negócios liderados por LGBT;
- Mapear, fomentar e apoiar startups lideradas por LGBTs estimulando cultura da inovação e geração de renda

Eixo V 1.4 Enfrentamento do racismo e inclusão da população negra

O racismo estrutural materializado num conjunto de práticas sociais e institucionais construídas historicamente na sociedade brasileira é fator de exclusão, vulnerabilidades e violências para a população negra, em particular para a juventude preta, pobre e periférica maiores vítimas da violência letal.

Compreendemos que o racismo opera de forma interseccional com as dimensões de classe e de gênero, relegando a população negra a desigualdades estruturais que lhe impede o acesso igualitário aos direitos. Temos convicção de que não é possível construir uma cidade justa e inclusiva sem o combate intransigente ao racismo, deste modo, não pode prescindir da luta anti-racista.

Sabemos que Macapá é uma cidade negra, onde mais de 60% da população se declara preta e parda. É preciso reconhecer as interdições para acesso a direitos e vida com dignidade que afetam essa parcela expressiva da população local.

- Fortalecimento político e institucional das instâncias municipais de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, dotando-as de recursos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento de suas ações;
- Desenvolver programa de combate ao racismo institucional em todas as áreas de gestão pública e no âmbito dos serviços públicos;
- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nas áreas de competência da gestão municipal;
- Promover a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação para a implementação da lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental;
- Efetivar a garantir vagas para população negra em concursos, programas, projetos e ações desenvolvidas pela gestão municipal;
- Desenvolver, em diálogo com os movimentos sociais negros, mecanismos para reduzir e prevenir a violência letal contra crianças, jovens e adolescentes, negros e negras, que são as principais vítimas da violência, tanto urbana como policial.

- Combater o racismo religioso e promover a defesa das religiões de matriz africana;
- Defesa dos territórios quilombolas com valorização, respeito e promoção de suas práticas de vida e cultura tradicionais;
- Programas de incentivo ao desenvolvimento econômico, sustentável e solidário nas comunidades tradicionais quilombolas;
- Promover a inclusão econômica da população, particularmente das mulheres e jovens negros, por meio de ações de fortalecimento do empreendedorismo negro nas áreas de inovação, tecnologia, cultura.

Eixo V 1.5 Acessibilidade e políticas para pessoas com deficiência.

Macapá na sua concepção urbana pós criação do Território federal teve características de cidade moderna com ruas e avenidas largas, espaços públicos ampliados. Uma organização espacial marcada pela dinâmica dos conflitos de interesses dos atores sociais, lógica da construção de uma cidade contraditória, própria deste espaço específico que são as cidades, produto desse processo de reprodução do espaço capitalista, na qual não acompanhou o crescimento populacional e urbano o que não proporcionou uma cidade acessível para todos.

O município, principalmente a periferia nas áreas de ressaca, com os acessos às moradias através de pontes, não contam com calçadas, em vias públicas preparadas para o livre fluxo de pessoas com algum tipo de deficiência. Neste contexto, apesar de termos a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), faz se necessária à sua implantação plena.

Em seu artigo primeiro a Lei estipula como seu propósito:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008⁴⁶, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009⁴⁸, data de início de sua vigência no plano interno.”

Desta forma, temos uma série de propostas para o tema, visando a implementação efetiva da LBI:

- Elaborar Plano diretor de acessibilidade urbanística para cidade de Macapá com eixos a serem diagnosticados nos seguintes eixos: vias públicas, equipamentos municipais, transporte, fiscalização e desafios transversais.
- Elaborar Projeto de acessibilidade para o acesso nas regiões periféricas como as áreas de ressaca.
- Realizar pavimentação, calçamento, meio-fio, rampas de acesso de acordo com as regulamentações a norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Realizar campanha de orientação e fiscalização sobre a padronização das calçadas no passeio urbano, já que as mesmas são de responsabilidade do proprietário do imóvel.
- Investimento na melhoria do sistema de transporte público. Ônibus com elevadores e piso tátil no seu interior para pessoas com deficiência visual e motora.
- Investir em sinalização auditiva nos semáforos para o tráfego de pedestres com deficiência visual ou baixa visão.
- Fomentar o debate acerca da Acessibilidade cultural à sociedade e aos servidores que atuam nos espaços culturais da cidade.

- Equipar os espaços culturais da cidade de Macapá com equipamentos que irão proporcionar a fruição de pessoas com deficiência, como elevadores, áudio guias, rampas de acesso, profissionais capacitados para o atendimento do público com deficiência.

Eixo V 1.6 Idosos

No Brasil, atravessa atualmente um processo de rápido envelhecimento da população. São mais de 20 milhões de idosos, que representam aproximadamente 11% do total da população, o menor percentual onde tem idosos é no Norte do país 9,7%.

As últimas décadas apresentaram importantes avanços na qualidade de vida dos idosos. Não apenas o contingente idoso aumentou, como também os idosos estão vivendo por períodos mais longos. O perfil de morbimortalidade dos idosos, no entanto, apresenta algumas especificidades, dentre as quais ressaltamos a maior prevalência das doenças crônicas.

Os desafios trazidos pelo envelhecimento da população têm diversas dimensões e dificuldades, mas nada é mais justo que ao idoso a sua integração à comunidade. O envelhecimento da população influencia o consumo, a transferência de capital e prioridades, impostos, pensões, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, a composição e organização da família, a vida social. É um processo normal, inevitável, irreversível e, portanto, não deve ser tratado apenas com soluções médicas, mas também como intervenções sociais, econômicas e ambientais.

A Constituição Federal de 1988, que introduziu em suas disposições o conceito Seguridade Social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania.

PROPOSTAS:

Saúde

Promoção, prevenção e recuperação da saúde da pessoa idosa, proporcionando-lhe atendimento especializado e multidisciplinar, garantindo-lhe medicações, exames, reabilitação, acessibilidade e priorização no atendimento.

Assistência Social

Promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa, a partir da estruturação e integração dos serviços e benefícios socioassistenciais voltados para pessoa idosa, do estímulo ao seu protagonismo social, da promoção da sua autonomia, do monitoramento da política e da qualificação dos profissionais no âmbito da Assistência Social.

Educação

Promoção da pessoa idosa e atendimento de suas necessidades no âmbito da Educação, priorizando, aquelas em condição de analfabetismo, adequando, conteúdos curriculares e metodologia, assegurando a continuidade na formação inclusive para o uso de novas tecnologias.

Esporte, Lazer e Cultura

Promoção da cultura, lazer e desportos para pessoas idosas, com programas de ações que visem sua efetiva participação.

Proteção Integral e Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa

Promover a proteção da pessoa idosa contra o preconceito, a violência e os maus tratos, incluindo campanhas de combate a essas violações e violências, garantindo a efetivação de seus direitos.

Habitação

Promover, facilitar e garantir o acesso a moradia para o idoso, diminuindo as barreiras arquitetônicas, considerando suas necessidades e preferências.

Trabalho e Previdência Social

Garantir a reposição de renda aos segurados contribuintes quando em idade de aposentadoria ou que não mais puderem trabalhar, garantindo o sustento e vida digna, com acesso a bens e serviços.

Participação e Controle Social

Promoção da participação qualificada da pessoa idosa nos espaços de controle social e dinamização da informação e articulação do Conselho Municipal do Idoso com órgãos públicos e sociedade civil organizada.

A Macapá que queremos para todos nós é baseada na construção de uma cidade democrática alicerçada na gestão transparente aliada à participação popular, para isso, as propostas de políticas públicas elaboradas neste programa foi um trabalho de muitas mãos de aquelas e aqueles que se dedicam a lutar por uma vida mais livre, justa e feliz.